

O “Ornitorrinco” e a Dependência no Brasil de Hoje:

Atualidade e convergência entre o pensamento de Francisco de Oliveira e a Teoria Marxista da Dependência

Hugo Figueira de Souza Corrêa*
André Morato Dias Cardeal**

Área:
Economia Política, Capitalismo e Socialismo
07. Capitalismo Contemporâneo e Socialismo

Resumo:

Já se passam mais de quinze anos da intensificação das aberturas comercial e financeira no Brasil, e o país está mais longe do grupo principal de países capitalistas do que estava há quinze ou trinta anos, retrocedeu-se em termos de desenvolvimento. Em uma mistura de dependência, tecnológica e financeira, do capital internacional e de condições estruturalmente adversas ao desenvolvimento do capitalismo nacional sobre bases mais igualitárias, o cenário brasileiro configura o que o sociólogo Francisco de Oliveira conveio chamar de uma evolução truncada; um *ornitorrinco*. A proposta do presente artigo se assemelha em termos formais ao recente empreendimento de Oliveira: retomar um caminho perdido do pensamento crítico brasileiro. Para isso, busca-se examinar dois momentos da obra de Francisco de Oliveira – primeiro em sua *Crítica à razão dualista* e depois em o *Ornitorrinco* –, e também se retomar a Teoria Marxista da Dependência. Procura-se as convergências destas análises, as suas complementaridades e as contribuições que possam dar para o entendimento da condição brasileira.

Palavras-chave: dependência, desenvolvimento

Abstract:

More than fifteen years have been past from the intensification of the commercial and financial openings in Brazil, and the country is more far from the main group of capitalist countries of it was fifteen or thirty years ago, was retroceded in terms of development. In one mixture of dependence, technological and financial, of the international capital and structurally adverse conditions to the development of the national capitalism on more equality bases, the Brazilian scene configures what the sociologist Francisco de Oliveira agreed to call a truncated evolution; one *ornitorrinco*. The proposal of the present article is similar in formal terms to the recent enterprise of Oliveira: to retake a way lost of the Brazilian critical thought. For this, is looked to two moments of the workmanship of Francisco de Oliveira - first in his *Critique of the dualist reason* and later in the *Ornitorrinco* -, and also retakes the Marxist Theory of the Dependence. Is searched the convergences of these analyses, the way that one complement the other and the contributions that they can give to the comprehension of the Brazilian condition.

Key-words: dependence, development

* Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: hugo.correa@click21.com.br

** Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: andre_morato@yahoo.com.br

Introdução:

Já se passam mais de quinze anos da intensificação das aberturas comercial e financeira no Brasil. Neste período o país viveu diferenciados regimes de câmbio, taxas de juros, graus e tipos de abertura, mas algo parece se repetir: a promessa não é cumprida. Hoje o Brasil está mais longe do grupo principal de países capitalistas do que estava há quinze ou trinta anos, retrocedeu-se em termos de desenvolvimento.

As duas últimas décadas, de pífias taxas de crescimento e do desmanche do pouco que se tinha de proteção social, são marcadas por um quadro de esgarçamento do tecido social. Difícil imaginar que seria diferente em um país em que, mesmo durante seu período “áureo” em termos de crescimento econômico, se apresentaram condições de vida degradantes à grossa maioria de sua população – devido à incapacidade do capitalismo periférico de se aproximar do central, ou, como diriam os mais críticos, à funcionalidade desse quadro dantesco (ou seria *dickensiniano*?) ao capital.

Ao mesmo tempo em que as condições de sociabilidade no país parecem revelar essa deterioração, no contexto econômico mais geral, o que se assiste é a adesão, patrocinada pela OMC, a uma ideologia ricardiana do comércio internacional, que, a despeito das supostas sofisticações, continua a apregoar as benesses do livre comércio. Em uma mistura de dependência, tecnológica e financeira, do capital internacional e de condições estruturalmente adversas ao desenvolvimento do capitalismo nacional sobre bases mais igualitárias, o cenário brasileiro configura o que o sociólogo Francisco de Oliveira conveio chamar de uma evolução truncada; um *ornitorrinco*.

Francisco de Oliveira publicou seu ensaio de grande repercussão *O Ornitorrinco* no final do ano de 2003, dez meses depois da posse de Lula à Presidência da República.¹ Nesse texto, o sociólogo, então recém desligado do PT – partido pelo qual militara durante anos –, recupera o argumento utilizado 30 anos antes em sua *Crítica à razão dualista* e examina a evolução da economia brasileira nesse período, procurando dar conta da nova situação e de novos elementos presentes no país. O autor retoma seu pensamento sobre o desenvolvimento nos países periféricos, voltando àquela trilha abandonada nos anos 70 do século passado, que tentava entender a situação do país e que possibilidades concretas estavam no horizonte de transformação nacional.

¹ O artigo de Oliveira não só reverberou pela mídia brasileira, como, por exemplo, teve lugar em painel do encontro nacional da Sociedade de Economia Política, e foi publicado na renomada *New Left Review* inglesa – além de ter sido publicado em forma de livro pela editora Boitempo, em uma edição que reuniu *O ornitorrinco* e *Crítica à razão dualista*.

Ao contrário da notoriedade conhecida por Oliveira, a obra de Ruy Mauro Marini – brasileiro radicado no México durante os anos da ditadura – passou despercebida e permaneceu quase inédita em seu país natal durante décadas. Publicada no México em 1973, apenas um ano após a publicação de *Crítica...* de Oliveira no Brasil, a *Dialética da dependência* de Marini constitui-se, sem dúvida, a obra de grande relevância do autor. Neste ensaio se encontra a maioria dos pontos da controvérsia intelectual travada entre este e José Serra e Fernando Henrique Cardoso. A teoria da dependência formulada e defendida por Marini distinguia-se no plano metodológico daquela de Cardoso, que acabou sendo a mais conhecida no Brasil. Pelo rigor marxista da análise de Marini sua vertente teórica, que ademais agrupava autores como Theotônio dos Santos e Vânia Bambrilla, ficou conhecida como “Teoria Marxista da Dependência” (doravante TMD).

A proposta do presente artigo se assemelha em termos formais ao recente empreendimento de Oliveira: retomar um caminho perdido do pensamento crítico brasileiro. Porém, o modo como se pretende reconciliar a história não se restringe ao pensamento do autor. Para tanto, busca-se examinar dois momentos da obra de Francisco de Oliveira – primeiro em sua *Crítica...* e depois em o *Ornitórrinco* –, para em seguida se perguntar em que medida essa perspectiva poderia ser enriquecida pelas contribuições da TMD.

O artigo estrutura-se em duas seções. Primeiramente, tenta-se resgatar a análise de Oliveira acerca do desenvolvimento brasileiro em 1972. Na mesma seção, busca-se fazer uma recuperação sintética dos argumentos da TMD de Marini e verifica-se até que ponto estas análises são compatíveis. Na sequência, tomando por base essas duas interpretações, procurar-se-á iluminar o entendimento de questões estruturais na determinação e caracterização da periferia capitalista, dando especial atenção ao caso da economia brasileira. Nas considerações finais, um quadro que permita a compreensão desta situação e das possibilidades de romper ou atenuar esta condição será traçado.

Caminhos interrompidos:

a Crítica à razão dualista, de Oliveira e a Dialética da dependência, de Marini

Francisco de Oliveira e a Crítica à razão dualista

Durante a era desenvolvimentista do pós-guerra formou-se, no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, a idéia de grande influência da dualidade dos países periféricos. De acordo com a tese, estes países poderiam ser caracterizados pela coexistência de dois setores: um “moderno”, urbano, industrial, enfim, capitalista, e outro “atrasado”, representado pela

economia agrário-exportadora e que tinha na aristocracia rural sua melhor representação. Esta situação de dualidade configuraria o que se chamou o “modo de produção subdesenvolvido”.

Nesta perspectiva considerava-se que o setor “atrasado”, ou as classes sociais mais conservadoras, agiam como um óbice ao desenvolvimento do país – motivo pelo qual a superação do subdesenvolvimento somente se daria através do avanço da industrialização no país. Assim, deveria ser o projeto do Estado promover ou propiciar as condições para que esta industrialização ocorresse.

Em *Crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira reconhece na produção acadêmica reformista da CEPAL o único interlocutor válido de seu tempo. Não obstante, Oliveira dirige seu esforço intelectual a falsear esta teoria cuja principal consequência negativa teria sido o degredo do tratamento das questões relativas à luta de classes interna ao país e a ocultação da pergunta “a quem serve o desenvolvimento econômico no Brasil?”.² Note-se de passagem, essa é uma perspectiva que se enquadra na visão marxista de desenvolvimento, na qual o desenvolvimento não é considerado uma panacéia e está sempre restringido pela própria lógica capitalista.

A principal idéia contida no texto em questão é que não havia uma oposição, mas sim uma complementaridade entre o Brasil “antigo” e o “moderno”; não existia um “modo de produção subdesenvolvido”, existia sim o capitalismo; o subdesenvolvimento não seria senão uma *formação capitalista*. De fato, como bem lembra o autor, “o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente um ‘produto’ da expansão capitalista. [...] na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global” (Oliveira, 1972, p. 33).

A combinação de dois atributos da economia nacional, a abundância de terras e de mão-de-obra, permitiria a conformação de um mecanismo de contínua *acumulação primitiva de capital*. O conceito de acumulação primitiva de Marx aparece aqui requalificado: “em primeiro lugar, trata-se de um processo em que **não se expropria a propriedade** [...] mas se **expropria o excedente** que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo” (Oliveira, 1972, p. 43). A expansão horizontal da utilização da terra, baseada em níveis pequenos, às vezes quase nulos,

² Oliveira, 1972, p. 34. Durante a leitura de *Crítica à razão dualista* a crítica de Oliveira pode parecer um pouco mais dura do que de fato é. Como explica o próprio autor, em trabalho mais recente, falando sobre seu texto de 1972: “como ‘crítica’, ela [a Crítica...] pertence ao campo marxista, e, como especificidade, ao campo cepalino. [...] Embora arroubos do tempo tenham-lhe inscrito invectivas contra os cepalinos, eu já me penitenciei desses equívocos, a forma tosca de ajudar a introduzir novos elementos na construção da especificidade da forma brasileira do subdesenvolvimento” (Oliveira, 2003, p. 129).

de capitalização teria permitido uma expansão da fronteira agrícola. Simultaneamente a permanência de técnicas agrícolas “primitivas” permitiria que os proprietários de terra se apropriassem de um “trabalho morto” gerado pelos trabalhadores e assim rebaixassem os preços dos bens agrícolas.

Essa dinâmica seria central para consolidação do novo padrão de acumulação, pois o *“preço da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação [...] e custo de bens e serviços propriamente urbanos”* (Oliveira, 1972, p. 46). Nesse sentido, o barateamento dos preços agrícolas cumpria rebaixar o custo da alimentação, enquanto o crescimento não-capitalístico do setor terciário, aquilo que os cepalinos chamaram *“inchação do setor terciário”*, cumpria rebaixar o custo dos bens e serviços urbanos.³ Note-se que, para Oliveira, nunca houve inchaço algum neste setor. O terciário seria exatamente do tamanho necessário para favorecer a industrialização, que não poderia suportar a absorção de capital em outro setor além de si, mas requeria que o preço dos serviços fosse reduzido para estes fazerem parte do padrão de consumo dos trabalhadores.⁴

Com efeito, segundo o sociólogo, a conjunção desses mecanismos, apoiados por determinados tipos de intervenção estatal que os favorecia, estava na base da iníqua distribuição de renda que se agudizava no país.⁵ Esta tendência se agravaria quando, a partir de 1956, a acumulação de capital no Brasil passa a se dar apoiada, sobretudo, no recurso ao capital externo e no aumento da exploração do trabalho, criando um diferencial de apropriação da renda crescente, posto que por conta das tecnologias importadas, havia ganhos de produtividades que não eram repassados aos trabalhadores.⁶

Sem embargo, a despeito da tendência concentradora de renda, não havia ao sistema econômico brasileiro a ameaça da crise de realização: esta era assegurada pelas classes altas, as únicas que tinham acesso aos bens produzidos pela indústria mais dinâmica do país, a indústria de bens de consumo duráveis. Como lembrou Oliveira, o objetivo para o capital é lucro, acumulação e não consumo. Em suas próprias palavras:

o mercado para os produtos industriais dos novos ramos assentava-se exatamente numa distribuição extremamente desigualitária da renda, a qual estava muito longe de constituir-se em obstáculo ao crescimento, como supõem Furtado e todos os seguidores

³ Oliveira usa o termo “crescimento não-capitalístico” se referindo a um crescimento muito pouco ou nada intensivo em bens de capital.

⁴ *“a razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços – sempre do ponto de vista da acumulação global – é que a aparência de ‘inchação’ esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração de seu valor, ‘mais-valia’ em síntese”* (Oliveira, 1972, p.57).

⁵ Oliveira, 1972, p. 47.

⁶ Oliveira, 1972, p. 78.

do dual-estruturalismo cepalino. Os altos preços dos produtos nacionais que substituíam os importados [...] eram adequados à distribuição da renda e cumpriam o papel de reforçar a acumulação, mediante o incremento dos diferenciais salários/produktividade. [...] Uma crise de realização do tipo clássico existiria *se, mantendo-se altos os preços dos produtos nacionais*, a distribuição de renda *fosse mais igualitária*, e não o contrário. (Oliveira, 1972, p.96)

Assim, mais do que um *problema* da condição periférica, a desigualdade de renda brasileira era uma componente necessária e estrutural da própria dinâmica da acumulação no país. Após o golpe militar de 1964, quando a implantação de políticas econômicas de cunho concentrador se fez mais presente, e também quando se fortalece o mercado de capitais interno, essa tendência concentradora ganharia ainda uma dinâmica financeira. Em primeiro lugar, aponta o sociólogo, a reforma tributária regressiva, na qual crescia o peso dos impostos indiretos, e a repressão salarial promovidas pelos militares contribuíram para formar um “superexcedente” que era pré-requisito para a manutenção da taxa de lucro em certo patamar, e, portanto, pré-requisito da acumulação real: *“O superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se”* (Oliveira, 1972, p. 100).⁷ Em seguida, porém, esse superexcedente destinaria-se para o sistema financeiro, sistema este que termina por converter-se em concorrente com sistema produtivo pelos fundos de acumulação. Segundo o argumento, o processo que se segue é o de descolamento entre as esferas produtiva e financeira: para manter os investimentos produtivos é necessário que as taxas de lucro dos dois setores sejam compatíveis, no entanto a atuação do governo para diminuir os lucros financeiros pode resultar numa fuga de capitais desse sistema que inviabilizaria a própria acumulação; o governo é forçado a manter a rentabilidade dos ativos financeiros, mas com isso impede as taxas de lucro dos dois setores se aproximem, *“[e]m poucas palavras, [cria-se] um mecanismo circular que proporciona o ‘descolamento’ das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte de acumulação para a segunda”* (Oliveira, 1972, p. 102). O governo seria forçado por este movimento a manter elevadas as taxas de lucro do setor produtivo, para o que lançaria mão de inúmeros mecanismos – tais quais o subsídio às exportações – de esterilização de capitais, que produziria como efeito último uma transferência de recursos públicos para as empresas

⁷ Na sequência da citada passagem, Oliveira explica que a formação desse superexcedente, baseado sobre uma superexploração dos trabalhadores, só foi possível graças às condições políticas que permitiam a repressão dos trabalhadores: *“Levado inicialmente pelas exigências da aceleração dos anos 1957/1962 a aumentar a taxa de exploração do trabalho, a fim de financiar internamente a inversão, o sistema caminhou para um conflito entre relações de produção e forças produtivas, cujo desenlace conhecido foi aprofundar, como condição política de sua sobrevivência, aquela exploração; assim, em primeiro lugar, o superexcedente tem uma função política de contenção, para o que, necessariamente, reveste-se de características repressivas”* (Oliveira, 1972, p. 100).

privadas.

Por fim, é importante observar que Oliveira considera que todo esse processo, que tem lugar a partir do início da industrialização no Brasil, deve ser entendido prioritariamente como reflexo de sua própria luta de classes, interna ao país. As medidas que favoreceram a reorientação da acumulação não deveriam, portanto, ser vistas como um movimento cujo impulso havia se dado no capitalismo internacional – nem tampouco, adverte o autor, se deveria imaginar serem essas medidas resultados *a posteriori* de ações não intencionais: “*o que se busca frisar é que os atores atuaram deliberadamente em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar o crescimento*” (Oliveira, 1972, p. 75). Esse seria um ponto de extrema importância, capaz, além do mais, de diferenciar sua tese e daquela assumida pelos teóricos da dependência:

aqui se perfila um ponto essencial da tese: o de que, tomando como um *dado* a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, *ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho* no próprio sistema capitalista mundial *fosse adverso*. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade *quando há sincronia* entre os movimentos interno e externo. (Oliveira, 1972, p. 62)

É claro, porém, que através dessa afirmação o sociólogo não pretende ignorar a influência fundamental que tem a dinâmica econômica internacional sobre o país. De fato, o próprio autor define a condição nacional, o subdesenvolvimento, tanto em termos da luta de classes interna quanto da posição ocupada na divisão internacional do trabalho: “[c]omo singularidade e não elo na cadeia do desenvolvimento, e pela ‘consciência’, o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos” (Oliveira, 2003, p.127).

A relevância em se ter o âmbito nacional como privilegiado para determinar os rumos do país reside em suas conseqüências para a construção de alternativas a esse modo de ser das coisas. Uma vez que a estrutura interna seria determinante, considerar-se-ia como viável a possibilidade de, através da absorção de tecnologia externa, lançar à frente a produtividade e os termos sobre os quais se dava a acumulação no país; ao passo que esse processo seguido por um aumento do poder de barganha dos trabalhadores organizados poderia desembocar em uma melhoria real nas condições de vida da classe trabalhadora – tendo como resultado final a aproximação das condições nacionais àsquelas próprias dos países centrais e a criação de uma consciência de classe no país. Segundo essa visão, escapava-se do subdesenvolvimento e

permanecia a luta de classes.⁸

Como se pretende demonstrar em seguida, mesmo a ponta de otimismo radicada na crença da atenuação da condição periférica não era compartilhada pelos teóricos marxistas da Teoria da Dependência.

Uma recuperação do argumento da Teoria Marxista da Dependência

Segundo Amaral (2005, p.2), o surgimento da teoria da dependência se dá fundamentalmente a partir da década de 1960, num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. De acordo com Theotônio dos Santos (2000, p.26), trata-se de “*um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas*”.

Tendo como base Blomström & Hettne (1990), Amaral (2005) recupera as idéias centrais defendidas pela Teoria da Dependência, as quais passariam por quatro pontos específicos tendo congruência com a concepção de desenvolvimento adotada por Marx.⁹ O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; o segundo contempla a idéia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto se refere ao fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).

A partir dessa referência mais geral acerca de uma caracterização da Teoria da Dependência, passa-se a tratar mais especificamente do texto *A dialética da dependência*, de Marini (1973). A tarefa proposta pelo ensaio de Marini é a de realizar uma análise da

⁸ A afirmação é muito marcada no parágrafo conclusivo do ensaio: “*Essa situação [a luta de classes] conduz, inevitavelmente, as contradições da infra-estrutura a uma posição de comando da vida política do país [...] Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro, mas parece muito evidente que este está marcado pelos signos opostos do apartheid ou da revolução social*” (Oliveira, 2003, p. 119).

⁹ Marx não trabalha com uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, não visualiza este desenvolvimento como um estado ótimo a ser alcançado. Sua visão de desenvolvimento passa pela idéia de processualidade, no sentido de que novos elementos vão surgindo na totalidade do sistema e modificando o modo em que este último opera.

condição de dependência latino-americana partindo de um referencial teórico marxista.¹⁰ Marini se refere aos países latino-americanos, não em um paralelo anacrônico com os países capitalistas avançados, mas como portadores de um “capitalismo *sui generis*” (particular). Por isso o autor considera que o método marxista, no intuito de explicar as formas específicas de atuação das leis capitalistas nos países dependentes, deve ser capaz de,

[por um lado, aplicar as categorias marxistas] à realidade como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior, [e que, por outro lado,] essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem que ponderá-las, sem que isto implique em nenhum caso romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. (Marini, 1973, p.2)

Marini recupera a trajetória histórica de constituição da América Latina como economia capitalista, entendendo que ela se desenvolve, já desde o século XVI, em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional.¹¹ Assim, Marini lembra que coincidem os momentos da Revolução Industrial, na Inglaterra, e dos processos de independência política dos países latino-americanos, que neste momento passam a gravitar em torno da metrópole inglesa – estabelecendo primordialmente com esta suas relações econômicas (com destaque inicial ao fluxo de mercadorias e, posteriormente, também ao fluxo de capitais). Para o autor essa relação estabeleceu as bases para que, já no início do século XX, estivesse configurada a condição de dependência da América Latina.

As bases dessa condição de dependência são identificadas na formação de uma determinada divisão internacional do trabalho, divisão essa que acaba por condicionar todo o desenvolvimento posterior da região dependente. Desse modo, a dependência poderia ser entendida como

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 1973, p. 3).

¹⁰ Que o próprio Marini classifica como marxista ortodoxo: “*O rigor conceitual e metodológico: a isto se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo*” (Marini, 1973, p. 2).

¹¹ “[...] *Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais, têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articulam diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas*” (Marini, 1973, p. 2-3).

Pois bem, entendidos a concepção de dependência utilizada e o momento histórico concreto de sua conformação, o argumento central do autor é que essa relação de dependência determina a inserção latino-americana na divisão internacional do trabalho – de início exclusivamente como primário-exportadora – e, com as devidas mediações, estabelece também a forma como se dão as relações de produção nas economias dependentes.

Do ponto de vista da história, é importante notar o papel essencial e dependente que desempenha a América Latina na consolidação do capitalismo mundial, enquanto produtor de gêneros alimentares e matérias-primas. Como bem recorda Marini, é de suma importância para que se solidifique no capitalismo grande disponibilidade de mão-de-obra apta à atividade industrial – o que, conseqüentemente, supõe uma especialização das economias que estavam a se industrializar permitida por sua capacidade de importação de gêneros agrícolas a preços baixos. Note-se que, mais do que um simples requerimento físico da industrialização européia, a entrada da América Latina no mercado mundial tem a importância de permitir uma mudança qualitativa no modo de acumulação das economias centrais, na medida em que permite o deslocamento de eixo nas relações de produção daquelas, da produção (preponderante) da mais-valia absoluta à relativa. Segundo Marini,¹² o efeito da inserção internacional da América Latina (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial) é o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Há que se observar uma conseqüência ulterior da entrada latino-americana no mercado mundial no que tange à *lei de tendência à queda da taxa de lucro*. A América Latina desempenharia a função de contra-tendência a essa lei, de modo que segundo Marini (1973, p.7), “*é mediante o aumento da massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional como a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão*”, assim como o *comércio exterior* aparece, em Marx, como um fator capaz de contrariar a tendência à queda da taxa de lucro na medida em que diminui o capital constante, por meio da queda nos preços das matérias-primas, e variável, em virtude da queda nos preços de bens-

¹² Idem, ibidem, p. 7.

salário.

Para o autor, as bases econômicas para a existência de termos de troca desfavoráveis repousavam em dois fatores: em uma mão se tinha que, no intercâmbio, especialmente, mas não exclusivamente, entre as nações industriais, a balança tendia sempre aos países que possuísem maior produtividade do trabalho; tendia, portanto – em semelhança ao que ocorre na disputa entre capitais diversos –, em favor dos países que possuíam menores preços de produção e podiam vender suas mercadorias a preços de mercado. Em outra mão se tinha que os países industriais possuíam um relativo monopólio na venda de suas mercadorias para as nações não industriais, o que lhes permitia vender suas mercadorias a preços que excedessem seus valores. Estas circunstâncias atuavam, *“configurando assim uma troca desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que esta cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade”* (Marini, 1973, p. 10).

Em consequência da troca desigual, da existência de mecanismos que atuam no sentido de transferir renda produzida nacionalmente para os países centrais, as economias periféricas são obrigadas a reagir, tendo que dar respostas, “criando” mecanismos de “proteção”, ou seja, meios de se manter no mercado mundial. A resposta dada a esta perda de valor produzido por parte dos países dependentes acaba sendo uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, na tentativa de buscar o desenvolvimento, através de uma superexploração da força de trabalho. A intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para a sua subsistência são as formas encontradas pelas economias periféricas para se sustentarem no sistema capitalista.

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro, no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (Marini, 1973, p.12)

A partir do momento em que a resposta dada pelas economias desfavorecidas pela troca desigual é a superexploração do trabalho, ou seja, a constituição de um modo de produção que tem como base uma maior exploração do trabalhador e o desenvolvimento de sua capacidade produtiva, se concretiza uma alternativa que ao invés de se contrapor a este modelo de exploração das economias subdesenvolvidas acaba fortalecendo-o. Isso ocorre na medida em que as nações dependentes buscam compensar a perda de recursos gerada no comércio internacional através da ampliação da exploração do trabalhador.

É importante lembrar, que uma das contradições fundamentais do modo de produção capitalista se dá em torno do duplo papel assumido pela classe trabalhadora nesse modo de produção – que se encontra em conflito com capital durante o processo de produção, mas não durante a circulação (quando a classe trabalhadora se torna consumidora e de fundamental importância para a realização das mercadorias). Posta essa contradição, é necessário para compreender, nessa perspectiva, a reprodução do capital na América Latina, em face da superexploração do trabalho, perceber a cisão que ali se operou entre os processos de produção e circulação do capital.

Na economia exportadora latino-americana [...] Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. [...] A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (Marini, 1973, p. 16-17)

A formação econômica dependente que caracteriza as economias periféricas acaba fazendo com que, ao girar em torno do mercado mundial e dos centros do capitalismo, estas não tenham constituído de forma consolidada seus mercados internos, perpetuando o modelo colonial. A América Latina ingressa na etapa da industrialização a partir das bases criadas pela economia de exportação, de modo que aprofunda a contradição própria de seu ciclo do capital e seus efeitos sobre a exploração do trabalho. O resultado disso é o não desenvolvimento de bases tecnológicas e, por consequência, o não surgimento das indústrias mais produtivas e também a necessidade da manutenção da superexploração do trabalho.

Outro ponto importante a se recuperar na teoria de Marini é que ele observa que a estrutura social das economias dependentes, baseadas na superexploração do trabalho, acaba por formar nessas economias duas *esferas de circulação*: a classe trabalhadora tem seu

consumo baseado em seus comprimidos níveis salariais constituiria a, assim-chamada, esfera baixa da circulação; ao passo que as classes cujo consumo adviria da mais-valia não acumulada formariam a esfera alta da circulação. A partir daí o que se deve notar é que nos momentos da industrialização latino-americana essa se fundou, obviamente e por razão desta separação, na alta esfera de circulação.

Este esquema terá alguma funcionalidade, pois, dado que o baixo nível tecnológico faz com que o preço de produção seja determinado fundamentalmente pelos salários, o capitalista industrial valer-se-á do excedente de mão-de-obra criado pela economia exportadora e agravado por sua crise (crise que obriga o setor exportador a liberar mão-de-obra), para pressionar os salários no sentido descendente.¹³ Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e pela prolongação da jornada de trabalho, acelerará a concentração de capital no setor industrial.

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas *a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia*, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores. (Marini, 1973, p. 21)¹⁴

Marini busca entender o processo de industrialização latino-americana à luz das mudanças do capitalismo mundial (especialmente no pós-guerra), em que pesava o grande volume de capital concentrado por algumas empresas, fazendo nascer uma nova divisão internacional do trabalho. Caberia à América Latina o papel de receptora da matriz industrial já obsoleta nos países centrais – fato esse que, por sua vez, contribuía também para a manutenção da superexploração do trabalho,

¹³ Relacionar o exército industrial de reserva com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial.

¹⁴ Isso por não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. De modo que dispensa o industrial de preocupar-se em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia através da maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. E, em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça a custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário.

[...] incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. [...] Nesta medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia traduzir-se em maiores lucros através da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque *a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e portanto de mais-valia – que da taxa de mais-valia.* (Marini, 1973, p. 24)

Marini percebe que se impõe novamente o afastamento entre ambas as esferas de circulação uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia. Ao não poder estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários, e orientando-se antes para a compressão salarial, o que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército de reserva, como também se obrigou a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias de luxo. Isso colocará a necessidade de expansão para o exterior, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação *sobre o mercado mundial.*

A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, assiste-se em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (Marini, 1973, p. 25)

A cada fase do desenvolvimento capitalista se recoloca a condição de dependência. O que ocorre é que as economias inseridas neste sistema totalizante, em que convivem necessariamente desenvolvimento e subdesenvolvimento, acabam optando pela via de ir até o fim na política própria do imperialismo, ou seja, aprofundar ainda mais as tendências que já se apresentam nas próprias metrópoles. Portanto, o que se constata é uma ofensiva sobre os trabalhadores, manifesta de maneira ainda mais perversa nos países periféricos, ofensiva esta que se aplica “com o objetivo de buscar o desenvolvimento”.¹⁵

Francisco de Oliveira e a TMD

No início dos anos 1970, Oliveira e os teóricos da dependência tinham sido capazes de perceber como se articulava a penúria do povo e a opulência de uns poucos na estrutura

¹⁵ Ver: Cardeal, 2005.

econômica brasileira – o que ao invés de conduzir a rupturas, era requisito da acumulação interna de capital. Ambas as teorias notaram que aquela era a forma necessária do capital na periferia capitalista.

É verdade que, enquanto Oliveira entende a necessidade de superexploração da força de trabalho e, portanto, a tendência concentradora de renda como uma resposta sistêmica que impediria crises de realização, Marini e os teóricos da dependência entendem que a necessidade de superexploração é determinada primordialmente na relação entre centro e periferia. Não se perde por isso a percepção, semelhante a Oliveira, de que havia duas esferas de consumo internas para garantir a reprodução natural do sistema, conforme exposto anteriormente.

Nesse sentido, a principal diferença entre essas perspectivas repousa na possibilidade de determinação interna do desenvolvimento nacional (conforme assinalado pelo próprio Oliveira, em passagem supracitada). É por descrever nessa possibilidade que a TMD enxerga como única alternativa à condição periférica a mudança sistêmica, a luta por outro modo de produção. Oliveira, ao contrário, argumentou em *Crítica...* que havia possibilidade de determinação interna, e por isso havia esperança de “se libertar” do subdesenvolvimento antes de abandonar o capitalismo. Isso não significava que a ordem internacional era insignificante, ou que não houvesse então uma forma de dependência do capital nacional. Entende-se que Oliveira não defendeu que a ordem capitalista pudesse se manter sem a existência de países periféricos, embora se compreenda que ele acreditava que a possibilidade de fugir do subdesenvolvimento estava posta para o capitalismo brasileiro.

Aliás, com relação às esperanças nutridas àquela altura, Schwarz (2003, p.18) aponta que em *Crítica...* Oliveira “já lutava em posto semiperdido”. O caminho esperado por Oliveira nunca chegou a ser trilhado, mesmo após a redemocratização, e trinta anos depois o autor já não nutre as mesmas esperanças.

Voltando à trilha: o Ornitorrinco e a atualidade da TMD

Francisco de Oliveira: do subdesenvolvimento ao Ornitorrinco

O subdesenvolvimento pareceria ser uma evolução às avessas: as classes dominantes, inseridas numa divisão do trabalho que opunha produtores de matérias-primas a produtores de bens de capital, optavam por uma forma da divisão de trabalho interna que preservasse a dominação: ‘consciência’ e não acaso. Ficava aberta a porta da transformação. Hoje, o ornitorrinco perdeu a capacidade de escolha, de ‘seleção’, e por isso é uma evolução truncada. (Oliveira, 2003, p.138)

Trinta anos depois de escrever sua *Crítica...* Oliveira afirma que de fato o Brasil não é mais um país subdesenvolvido, porém a evolução não caminhou lado a lado com suas

esperanças. A tese central do ensaio *O ornitorrinco* é que, no período transcorrido entre a publicação dos dois artigos, o Brasil teria se transformado, de um país dependente e subdesenvolvido, em um ornitorrinco. O devir do ornitorrinco aconteceria no momento em que, frente às mudanças processadas no capitalismo mundial, ficava interdito à nação qualquer projeto de desenvolvimento, como se busca explicitar adiante. No momento em que todas as possibilidades de desenvolvimento nacionais cessam de existir. Como notou o perspicaz crítico Roberto Schwarz (2003, p. 15), o ornitorrinco seria uma condição definida negativamente: “*trata-se de um quadro de ‘acumulação truncada’ [...] em que o país se define pelo que não é; ou seja, pela condição subdesenvolvida, que já não se aplica, e pelo modelo de acumulação, que não alcança*”. O ornitorrinco é uma situação em que não há perspectivas, é, seguindo a epígrafe, uma “evolução truncada”.

Em uma caracterização sumária, pode-se dizer que a economia-ornitorrinco brasileira teria, em certo sentido, seguido os passos do centro capitalista: se urbanizado; “modernizado” sua produção agrícola (entenda-se, *agrobusiness*); conseguido uma moderada industrialização (completando o parque industrial da Segunda Revolução); diversificado o chamado setor de serviços, ao menos para os consumidores de alta renda; desenvolvido um sistema financeiro, ainda que débil. Por outro lado, diz o autor, acentuou sua dependência financeira em relação ao centro capitalista,¹⁶ ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho dá sinais de sua intensa precarização, a dependência tecnológica parece se tornar definitiva e a estrutura de classes se modifica em sentido debilitante para as organizações de trabalhadores. Esse conjunto de condições tornaria o estágio atual da economia brasileira uma espécie de “beco sem saída”, à diferença do que ocorria enquanto a economia era “simplesmente” subdesenvolvida:

A singularidade do subdesenvolvimento poderia ser resolvida não-evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições, à condição de que à vontade das classes soubesse aproveitar a “riqueza da iniquidade” de ser periferia. A inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, reiterado a cada ciclo de modernização, propiciaria os meios técnicos modernos, capazes de fazer “queimar etapas”, como os períodos Vargas e Kubitschek mostraram. O crescimento da organização dos trabalhadores poderia levar à liquidação da alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho. A reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do “exército de reserva” das cidades quanto o poder patrimonialista. (Oliveira, 2003, p.131)

As possibilidades que havia no período subdesenvolvido teriam se perdido. De acordo com o argumento de Oliveira, no centro da imobilidade estrutural do novo arranjo capitalista

¹⁶ “Desse ponto de vista”, diz Oliveira (2003, p.134) sobre setor financeiro, “a ‘evolução’ regrediu: não se trata mais de subdesenvolvimento, mas de algo parecido apenas com a situação pré-crise de 1930, quando o serviço da dívida, vale dizer, o pagamento dos juros mais as amortizações do principal, comiam toda a receita de exportação!”.

mundial está a Terceira Revolução Industrial, ou como o autor parece preferir, a “revolução molecular-digital”. Em *Crítica...* o sociólogo acreditava na possibilidade de, em suas próprias palavras, “queimar etapas” e galgar posições na divisão internacional do trabalho. Porém, em conformidade com o raciocínio neoschumpeteriano, o autor defende que a partir da Terceira Revolução Industrial findam as possibilidades de saltos; simultaneamente, a incapacidade periférica de sustentar taxas suficientemente elevadas de inversão em C&T torna praticamente impossível a assimilação da nova matriz tecnológica dinâmica – permitindo, quando mais, a cópia do descartável, que ainda assim teria um alto custo de manutenção.

Ademais, as mudanças de padrão tecnológico teriam por consequência o aumento da produtividade também em setores não tecnológicos, isto é com baixo grau de capitalização (muitas vezes baseados puramente na força-de-trabalho)¹⁷ – do que resultaria a permanência da má distribuição de renda.¹⁸ O mecanismo pelo qual se daria esse processo é a própria precarização do trabalho, que permitiria, se não eliminar como imagina Oliveira, ao menos reduzir drasticamente, os “tempos mortos”, os tempos de não produção dentro do tempo de trabalho social total.¹⁹ O capital tornar-se-ia capaz de suprimir o adiantamento de capital variável, tornando este dependente em relação à realização das mercadorias – motivo pelo qual, aliás, também os postos de trabalho teriam que deixar de ser rígidos, adquirir uma fluidez.²⁰

Com grande perspicácia, Oliveira percebe que, ao invés de um mecanismo transitório para favorecer a acumulação, a “informalização” da economia passa a ser a forma própria das relações de produção: “*o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal. O conjunto*

¹⁷ O exemplo de Oliveira (2003) a essa afirmação seria uma espécie de just in time promovida por vendedores ambulantes nos centros urbanos.

¹⁸ Oliveira, 2003.

¹⁹ Oliveira, 2003, p.135-136.

²⁰ Oliveira vê nessa nova caracterização do trabalho uma categoria: o trabalho abstrato virtual: “*Sua forma, uma fantasmagoria, um não-lugar, um não-tempo, que é igual ao tempo total. Pense-se em alguém em sua casa, acessando sua conta bancária pelo seu computador; fazendo o trabalho que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata?*” (Oliveira, 2003, p.138).

O espaço deste trabalho é demasiado curto para entrar nessa controvérsia teórica que, de resto, não parece ter como consequência uma deformação dos fatos analisados, ou retirar do autor o brilhantismo na percepção de certas tendências do capitalismo contemporâneo. Sem intuito de ser dogmático, nos parece que a discussão em torno da validade de tal conceito ainda carece de profundidade: em nossa leitura o conceito “trabalho abstrato” de Marx, permanece inalterado, quase que por definição – continua a ser somente a essência comum do trabalho, dada por ser fruto do trabalho humano; seu caráter de virtualidade, ainda que o nome não pareça preciso, pode ser correto se considerado a como a capacidade capital de aproveitar-se de uma potencialidade constante da força de trabalho, favorecida inclusive pelas novas tecnologias de informação e transporte. Não obstante, a utopia do capital de reduzir o todo o tempo de trabalho a tempo de produção permanece utópica: para Marx o ciclo do capital era composto de tempo de produção e tempo de circulação, e, bem entendido, é como permanece – imaginar, como muito se alardeou durante um período, que o *just in time* foi capaz de eliminar efetivamente o tempo de circulação não parece adequado, posto que essa forma de produzir não parece ter se espalhado pelo resto da economia, permanecendo inclusive fora das indústrias que produzem nos ramos atualmente mais dinâmicos.

de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente” (Oliveira, 2003, p. 136).²¹ Nada evidencia mais esse futuro do que a proposta, tão em voga na ortodoxia econômica atual, de flexibilização das leis trabalhistas, que nada mais é do que a consolidação, ou o reconhecimento, legal do que já existia como tendência. Note-se ainda: essa tendência que pode começar na periferia, mas que está longe de encerrar-se nela – a precarização do trabalho em favor do capital é o mais novo produto de exportação de periferia para o centro capitalista.²²

Em resumo, para Oliveira, a conjunção desses dois fatores – restrição tecnológica à cópia de rápida obsolescência e reiteração, com aprofundamento, do baixo nível da força de trabalho – conferiram à economia Brasileira uma dinâmica própria:

O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias, [...] apesar de ter experimentado as taxas de crescimento mais expressivas em período longo; [...] As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado neste *Crítica à razão dualista*, mas combinado-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa. (Oliveira, 2003, p. 143)

Finalmente, o autor completa seu raciocínio tecendo considerações com relação à esfera política. Nesse sentido, há que se lembrar que a organização dos trabalhadores era, talvez, a grande depositária das esperanças de Oliveira para operar a transformação da dinâmica concentradora de renda peculiar à economia brasileira. Em que parte do caminho essa esperança? O sociólogo observa que, já em 1980, começa o movimento de reversão das organizações trabalhadoras – impulsionado pelo início da reestruturação produtiva. A mudança tecnológica – e se se pode acrescentar, as próprias condições internas, marcadas pela grande recessão que foram os anos 1980 – simplesmente solapariam a base do poder político das organizações trabalhadoras.

Oliveira considera que essa condição foi severamente agravada recentemente pela conversão de antigos trabalhadores em uma nova classe de administradores de fundo de pensão. Essa conversão explica, para o autor, o porquê da recente adoção do programa peessedebista pelo governo Lula: *“não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado,*

²¹ Ver também: Forrester, 1999.

²² Paulo Eduardo Arantes (2004) reconheceu com excelência esse fenômeno, que economistas do banco mundial convieram chamar de *brazilization*. A ironia é fina, seria cômica se não fosse trágica: o Brasil que no inconsciente popular alimentou por tanto tempo o sonho de país do futuro, revela-se efetivamente *avant-garde*, sem contudo mudar sua condição.

*técnicos e economistas **doublés** de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT*” (Oliveira, 2003, p. 147).

A economia contemporânea à luz de Oliveira e da TMD

[...] para la vertiente marxista de la dependencia, ésta es de naturaleza estructural y sólo se supera con su abolición, que implica la superación del capitalismo y una lucha antiimperialista. (Valencia, 2004)

Pensando nos mecanismos analisados por Marini e a TMD, pode-se afirmar que não houve nenhum rompimento histórico com o processo de dependência, o Brasil continua a reproduzir um ambiente de não superação da condição estrutural de periferia. O país continua a propagar os mecanismos de troca desigual, como descritos por Marini, intensificados pela emergência, de forma avassaladora, das transferências de excedente geradas pelos capitais investidos nas economias periféricas seja sob a forma de juros, royalties ou de lucros. Para a manutenção desta condição é fundamental o papel desempenhado pela forma estrutural que se constituem e se reproduzem as classes sociais. A perversa distribuição de renda e riqueza se mantém, e se mantém uma das mais iníquas do mundo: vide, a título de exemplo, a estrutura fundiária rural em que impera hoje a orientação exportadora, baseada na grande propriedade e adversa a qualquer reforma agrária real. Com isso o mecanismo de dependência, baseado no mercado externo e nas esferas altas de consumo, ancorado sobre a superexploração do trabalho, determinou que não se tivesse constituído um mercado interno de consumo e nem se tenha desenvolvido tecnologia de ponta no país.

O primeiro ponto fundamental que deve ser retomado na Teoria Marxista da Dependência é que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são fases de uma mesma trajetória. Ou seja, subdesenvolvimento não é a ausência do desenvolvimento, mas sim um elemento estrutural e fundante do próprio desenvolvimento, ligado a este tanto pelo antagonismo quanto pela complementaridade.²³ A “responsabilidade” pela existência de desenvolvimento e subdesenvolvimento é da própria lógica de acumulação do capital. Note-se que também Oliveira entende o conceito de subdesenvolvimento não-evolucionisticamente. Entendidas de um modo amplo, essas análises não são incompatíveis, convergem na medida em que percebem que, chame-se como for, existe na periferia um capitalismo particular (*sui*

²³ “Antagonismo justamente por se tratarem de situações distintas dentro da lógica de acumulação capitalista mundial, mas complementares por serem necessariamente elementos constitutivos dessa lógica” (Carcanholo, 2004, p. 9).

generis como sugerira Marini).²⁴

Restrição ao crescimento, fragilidade financeira, vulnerabilidade externa e perfil concentrado de renda e riqueza seriam características de uma economia periférica, com caráter estrutural determinado pela própria condição de dependência.

Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência frente a choques externos (vulnerabilidade externa), e altas concentrações de renda e riqueza. Isso caracterizaria o subdesenvolvimento dessas economias. (Carcanholo, 2004, p. 7)

Para que se possa compreender a lógica contemporânea de acumulação de capital em escala mundial faz-se necessário observar a crise atravessada pelo capitalismo a partir de meados da década de 1970. Crise esta que provêm da manifestação da lei inerente ao sistema capitalista, da *tendência ao decrescimento das taxas de lucro*²⁵. É importante observar as respostas encontradas pelo capitalismo na tentativa de recompor as condições de uma acumulação ampliada e de retomada da rentabilidade.

Nos anos 1970, novamente o capitalismo mostra que suas tendência e suas leis dinâmicas não mudaram e ingressa em um novo período de crise. Segundo Antunes (2000, p.29-30) as características da crise capitalista no início dos anos 70 seriam: forte redução das taxas de lucro, em virtude da elevação do preço da força de trabalho (custo salarial); esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; aumento da concentração de capitais (fusões e aquisições), o que tende a aumentar a pressão sobre a taxa de lucro; crise do *Welfare State* e, em específico, crise fiscal do Estado; e, privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos e dos mercados.

Para responder a esta crise, na tentativa de recompor a sua rentabilidade e a possibilidade de acumulação em escala ampliada, o capitalismo ingressa em uma “nova” dinâmica. O receituário do sistema engloba uma série de políticas, como a abertura comercial e financeira, a desregulamentação da economia, saída do Estado das esferas de produção direta, e fundamentalmente uma ofensiva brutal ao “custo do trabalho”, incluindo a desregulamentação dos regimes previdenciários, as proteções aos trabalhadores e redução dos salários.²⁶

²⁴ A afirmação de Oliveira de que o Brasil não é mais subdesenvolvido parece referir-se antes à impossibilidade atual de um desenvolvimento nacional. Não obstante, acredita-se que essa idéia de Oliveira continua a carecer de alguma precisão – tema que, espera-se, seja retomado em trabalhos futuros.

²⁵ Ver também: Carcanholo (2004) e Balanco, Pinto & Milani (2004).

²⁶ Segundo Carcanholo (2004, p. 5-6) “[...] a resposta do capital a esse primeiro aspecto de sua própria crise foi: (i) pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, em especial do mercado de trabalho; (ii) política tributária regressiva, desonerando os altos rendimentos; e (iii) redução do tempo de rotação do capital.

A partir da década de 1970 e em especial depois de 1990 o que se observa é a confirmação do ambiente de dependência caracterizado pela Teoria Marxista da Dependência, ainda mais intensificado. Os países periféricos de um modo geral²⁷ e o Brasil em particular, foram o laboratório das políticas anunciadas acima, e que ficaram conhecidas como políticas neoliberais. É recolocado à periferia, de forma acentuada, o papel de transferência de recursos para o centro, papel fortalecido pela crise da dívida externa nos países periféricos que se alastrou nos anos 90 e pela remessa de lucros e dividendos provenientes das filiais dos capitais transnacionais.²⁸ Ainda deve-se considerar a pressão que é exercida para abertura completa das economias, com o objetivo de expandir mercados para os países centrais, que se manifesta de forma acentuada através dos tratados de livre-comércio, no caso brasileiro sobretudo através da ALCA.

No caso brasileiro, diante deste contexto em que grande parte do excedente continua a ser apropriado no exterior, a resposta da economia, com o objetivo de aumentar a produção de excedente, continua sendo a superexploração da força de trabalho. Ao invés de combater os mecanismos de transferência de valor para os países centrais, a dinâmica capitalista na periferia é garantida através da ampliação da exploração daqueles que no capitalismo já são “naturalmente” explorados, os trabalhadores. Segundo Nakatani (2002, p.1) “[...] *nas economias subdesenvolvidas, os ganhos de produtividade foram obtidos principalmente através do aumento nas taxas de desemprego, da jornada de trabalho e da precarização dos trabalhadores*”, e foi dessa forma que se possibilitou contornar a restrição externa e o crescimento das economias periféricas.

As conseqüências deste mecanismo são o aumento da desigualdade, o aprofundamento da pobreza e da marginalidade. Isso, a princípio não impede a acumulação de capital, porque como mostra Marini, a dinâmica de realização do capital pode depender da esfera alta de consumo e do mercado externo, como é o caso brasileiro. Entretanto como também mostra Marini, este mecanismo gera problemas, pois o aumento dos lucros pode gerar aumento das importações, complexificando os déficits estruturais da balança de pagamentos.

[...] *Em resumo, a tentativa de recuperação da acumulação de capital no centro do sistema passa por quatro aspectos: (i) recuperação da lucratividade dos investimentos; (ii) redução no tempo de rotação do capital; (iii) transferência de recursos da periferia; e (iv) expansão dos mercados para fronteiras além do centro da acumulação mundial*”.

²⁷ Deve-se dar atenção especial ao caso asiático que com políticas “agressivas” teve uma inserção diferenciada dos demais países, contudo mantendo a sua posição como países periféricos e dependentes.

²⁸ “Os dados apresentados em Dumenil & Levy (2004) demonstram que, em 2000, ‘a renda financeira que os EUA retiraram de suas relações com o resto do mundo foi superior ao conjunto dos lucros de suas próprias sociedades em território americano’ (p.24). Os mesmos dados mostram que essa proporção é crescente desde 1950 e acelera seu crescimento no final dos 70 (início dos 80), justamente quando o neoliberalismo se aprofunda, e que a América Latina tem um papel de destaque nesse processo” (Carcanholo, 2004, p.6).

Tem-se ainda um agravante em períodos em que a apropriação de excedente segue fundamentalmente a lógica do capital fictício (ou da financeirização). Altas taxas de juros, como se tem no Brasil, incentivam a ampliação da acumulação financeira em detrimento da produtiva, fazendo com que a taxa de lucro do capital produtivo se deprima, pois se tem uma diminuição na produção do excedente, definindo segundo Carcanholo (2004) um círculo vicioso de acumulação de capital travada.

O que se percebe nestes já mais de dez anos de aplicação de políticas e estratégias “financiadas” pelas agências multilaterais é o fortalecimento do contexto de crise e de predominância do setor financeiro. Enquanto a economia como um todo demonstra um desempenho ruim, como por exemplo uma baixa taxa de lucro para os setores produtivos, uma perda de mais de dois milhões de empregos, compressão dos salários e um crescimento significativo do montante da dívida pública; os bancos apresentaram desempenho excepcional. Esses são os resultados de uma década de abertura financeira e desregulamentação da economia.²⁹

O problema que se apresenta é que a manutenção de taxas de crescimento sustentadas na periferia recoloca de forma ampliada os seus condicionantes restritivos. A condição de dependência é estrutural (própria da lógica de acumulação mundial) e tende a se aprofundar, justamente porque esses condicionantes são reforçados por essa lógica. Como Carcanholo (2004) percebe, tomando por referência a TMD, mas em plena conformidade com Oliveira, a assim chamada “década mais do que perdida” da América Latina combinou superexploração da força de trabalho com uma acumulação de capital travada.

Considerações Finais

Ainda em tempo: não se julga que o desenvolvimento é o *locus* máximo da discussão sobre a sociedade na qual se vive. E essa, aliás, não parece ser também a própria perspectiva de Oliveira. Como aprenderam há tempos aqueles que fazem da teoria marxista bom uso, o capitalismo é, como todos os demais, um modo de produção histórico. Teve seu princípio em dado momento do tempo e igualmente há de ter seu fim. O debate restrito ao desenvolvimento capitalista, como um fim em si mesmo, frequentemente confunde atributos próprios à economia capitalista e o que se imagina ser “problemas” da condição periférica. Sem embargo, como escapar, enquanto imersos nesta sociedade, aos debates próprios a ela? Como observa o sempre arguto Schwarz em seu prefácio ao livro que compila os dois ensaios de

²⁹ Para mais ver: Cardeal, 2005, *considerações finais*.

Oliveira aqui discutidos:

Nada mais distante do Autor que os sonhos de Brasil-potência que o desejo de passar a perna nos países vizinhos. Contudo é possível que, em versão sublimada, o seu recorte permaneça tributário do aspecto competitivo dos esforços desenvolvimentistas. Por outro lado, como não seria assim? Num sistema mundial de reprodução das desigualdades, como não disputar uma posição melhor, mais próxima dos vencedores e menos truncada? Como escapar à posição prejudicada sem tomar assento entre os que prejudicam? A reflexão sobre a impossibilidade de uma competição sem perdedores, ou por outra, sobre a impossibilidade de um nivelamento por cima – mas que por cima é esse? – impele a questionar a ordem que engendra o problema. (Schwarz, 2003, p.21)

Em uma situação como a atualmente verificada no país, é indispensável, ao menos àqueles que pretendem entendê-la, que se tente responder a perguntas como: “eram as esperanças nutridas por Oliveira em 1972 fundadas?”; “como cambiaram de lá para cá a posição internacional do Brasil e sua luta de classes interna?”; “precisamente em que medida se pode considerar hoje que o conceito de subdesenvolvimento perdeu sua força explicativa?”. Não são perguntas de fácil resposta, ou às quais se possa esclarecer todas de uma só vez. Devem, ao contrário, nortear investigações que versem sobre o desenvolvimento nacional.

Quando se tem a reflexão de Oliveira amparada pela Teoria Marxista da Dependência é possível avançar e aprofundar a análise da realidade periférica brasileira. Estas duas análises apresentam a princípio uma aparente divergência com relação à possibilidade de rompimento com o subdesenvolvimento que poderia estar aberta para o Brasil na década de 1970. Oliveira ao se deparar com as surpreendentes taxas de crescimento da economia brasileira e tomá-las em conjunto com a esperança em um desenrolar positivo da luta de classes, talvez conseguindo, assim, desenvolver de certa forma uma espécie de “Estado de bem-estar social”, acreditou na possibilidade de que o subdesenvolvimento fosse para o Brasil, naquele momento, um estágio anterior ao desenvolvimento. Isto significa que o Brasil deixaria o conjunto de países que pairavam em torno da dependência externa e passaria a ter um pouco mais de autonomia e melhores condições de vida.

Já a Teoria Marxista da Dependência percebe no mecanismo interno da periferia, que não se manifestava de forma diferente no Brasil mesmo com o país apresentando excelentes taxas de crescimento, uma dinâmica que levava “naturalmente” a perpetuação da condição dependente. Esse mecanismo era caracterizado especialmente pela superexploração da força de trabalho, a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e como consequência a necessidade de que a realização fosse feita a partir da economia externa ou das camadas mais ricas. Como resposta à condição periférica, que fazia com que parte dos lucros fosse expropriada e realizada nos países centrais para a manutenção das condições de reprodução, se perpetuava esse mecanismo de ampliação da superexploração do trabalhador. A

consequência é a manutenção e o agravamento da condição periférica como se verifica no caso brasileiro.

Em seu *Ornitorrinco* Oliveira parece perceber esse mecanismo que torna o desenvolvimento das economias periféricas truncado, ou seja, mutilado, como se faltasse uma ou outra parte para que se tornasse completo. Essa mutilação que é produzida pelas próprias leis e tendência da economia capitalista demonstra ainda mais a impossibilidade de romper com a condição periférica sem romper com o próprio capitalismo.

É fundamental ter-se em conta que mesmo não podendo desenvolver de forma plena as suas forças produtivas, sem um rompimento real com o regime capitalista, há a possibilidade, demonstrada pelos tigres asiáticos, de estar-se em uma condição um pouco menos deteriorada. Assim como esperava Oliveira algumas décadas atrás, ainda está com os trabalhadores a responsabilidade e a capacidade de dar uma resposta diferente, de mudar os rumos, de “destruncar” a economia nacional. Entretanto dizer como diz a Marini que a condição de dependência é estrutural, própria da lógica de acumulação mundial, e tende a se aprofundar, não significa que se deve conformar. Até para que se possa realizar a revolução é importante que o Brasil consiga maiores graus de liberdade, mais autonomia. Para isso é fundamental combater a condição dependente, é fundamental combater as políticas imperialistas, as ofensivas pela desregulamentação de “tudo” (o mercado de trabalho, o comércio, os investimentos...).

Pode-se perceber por este ensaio que a análise de Oliveira está mais próxima que distante da análise da Teoria Marxista da Dependência. Talvez elas possam se auxiliar, se completar e se corrigir. A análise de Oliveira dá a TMD um elemento que fica, às vezes, meio distante de suas reflexões, que é a política e a capacidade de irrupção das massas, a capacidade de expropriação da burguesia.³⁰ No *Ornitorrinco* as semelhanças na análise se acentuam de modo que a contribuição de Oliveira é acertada para o entendimento da condição periférica e das consequências da mundialização e da financeirização. Pode-se dizer que o conceito de subdesenvolvimento da forma como era empregado por Oliveira realmente não cabe na análise da situação mundial, sendo que a “evolução truncada” de seu *Ornitorrinco* tem uma capacidade analítica muito maior.

Oliveira vê que o ornitorrinco como um arranjo social irremissível, e por mais irremissível que já fosse o capitalismo *sui generis* como entendido pelos teóricos da TMD, não se pode vendar os olhos às novas formas que adquire a dependência. O sociólogo percebe

³⁰ Capacidade que foi demonstrada fundamentalmente na Revolução Russa, mas que também se mostra nas conquistas sociais e resistência que realizam trabalhadores e jovens nas mais diversas partes do globo.

com brilho que existem novas tendências e chama para que se discuta suas implicações. Ajuda assim a formação de uma consciência real acerca do mundo em que se vive.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Marisa Silva. *Dependência e superexploração do trabalho na América Latina em tempos neoliberais*. Campinas, IV Colóquio Marx e Engels, Anais, 8 a 11 de nov. de 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização*. In: _____. Zero à esquerda, São Paulo: Conrad, 2004.
- BALANÇO, P.; PINTO, E. & MILANI, A. *Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-Nação, Império e Imperialismo*. IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, Anais (CD-ROM), 8 a 11 de junho de 2004.
- BLOMSTRÖM, Magnus & HETTNE, Bjorn. *La teoría del desarrollo en transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento*. IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, São Paulo, 2004.
- CARDEAL, André Morato Dias. *O século XXI e o capitalismo*. X Encontro Nacional de Economia Política, Campinas, Anais, 24 a 27 de maio de 2005, p. 174-198.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1999.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Serie popular Era, México, 1973. (Tradução da Editora do MST - Versão Preliminar -, 2005).
- NAKATANI, Paulo. *A crise atual do sistema capitalista mundial*. VII Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política, Curitiba, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1972) *Crítica à razão dualista*. In: *Crítica à Razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. (2003) *O ornitorrinco*. In: _____. *Crítica à Razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. *Prefácio com perguntas*. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo, 2003.
- VALENCIA, Adrián Sotelo. *Dependencia y sistema mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI*. Revista electrónica Rebelión, España, 4 de Septiembre de 2005.